ReGeo ISSN: 2177-3246

POLARIZAÇÃO AFETIVA, INCERTEZA ECONÔMICA E FRATURA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: IMPACTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS

AFFECTIVE POLARIZATION, ECONOMIC UNCERTAINTY AND SOCIAL FRACTURE IN CONTEMPORARY BRAZIL: POLITICAL, ECONOMIC AND SOCIAL IMPACTS

POLARIZACIÓN AFECTIVA, INCERTIDUMBRE ECONÓMICA Y FRACTURA SOCIAL EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO: IMPACTOS POLÍTICOS, ECONÓMICOS Y SOCIALES

https://doi.org/10.56238/revgeov17n6-141

Data de submissão: 16/05/2026 **Data de publicação:** 30/06/2026

Luiz Eduardo de Souza Pinto
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7818596561199982
Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais
E-mail: eduardo.souza@unimontes.br

Frederico Bida de Oliveira
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8794993526041092
Instituição: Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais
E-mail: frederico.bida@unimontes.br

Rafael Soares Duarte de Moura
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8471140718706716
Instituição: Universidade de Brasília
E-mail: rafael.moura@unimontes.br

RESUMO

O artigo analisa a polarização afetiva e política no Brasil contemporâneo e seus impactos sobre o ambiente econômico e social. Parte-se da hipótese de que a polarização não deve ser compreendida apenas como divergência ideológica ou competição eleitoral, mas como processo de moralização das identidades políticas, no qual adversários passam a ser percebidos como ameaças existenciais. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, articula autores da teoria democrática, da sociologia política e da economia política das plataformas digitais, como Bourdieu, Habermas, Honneth, Mouffe, Zuboff, Iyengar, Mason, McCoy, Nunes e Traumann. Também mobiliza dados recentes de IBGE, FGV IBRE, Edelman Trust Barometer, More in Common/Quaest, Freedom House, Human Rights Watch, SaferNet Brasil e Terra de Direitos/Justiça Global. Argumenta-se que a polarização afetiva não cria isoladamente a desigualdade, a instabilidade econômica ou a violência política, mas funciona como camada conjuntural que intensifica desconfianças, reduz a cooperação, amplia custos de coordenação, fragiliza consensos mínimos e dificulta a formulação de políticas públicas de longo prazo. O texto conclui que enfrentar os efeitos econômicos e sociais da polarização requer reconstrução de mediações democráticas, regulação responsável das plataformas digitais, redução das desigualdades materiais, fortalecimento institucional e valorização de espaços públicos capazes de transformar conflito em disputa legítima, e não em inimizade social.

Palavras-chave: Polarização Afetiva. Democracia. Economia Política. Confiança Social. Brasil.

ABSTRACT
The article analyzes affective and political polarization in contemporary Brazil and its impacts on the economic and social environment. It is based on the hypothesis that polarization should not be understood merely as ideological divergence or electoral competition, but as a process of moralization of political identities, in which opponents come to be perceived as existential threats. The research, which is bibliographic and documentary in nature, articulates authors from democratic theory, political sociology and the political economy of digital platforms, such as Bourdieu, Habermas, Honneth, Mouffe, Zuboff, Iyengar, Mason, McCoy, Nunes and Traumann. It also mobilizes recent data from IBGE, FGV IBRE, Edelman Trust Barometer, More in Common/Quaest, Freedom House, Human Rights Watch, SaferNet Brasil and Terra de Direitos/Justiça Global. It is argued that affective polarization does not create inequality, economic instability or political violence in isolation, but functions as a conjunctural layer that intensifies mistrust, reduces cooperation, increases coordination costs, weakens minimum consensus and hinders the formulation of long-term public policies. The text concludes that addressing the economic and social effects of polarization requires the reconstruction of democratic mediation, responsible regulation of digital platforms, reduction of material inequalities, institutional strengthening and valorization of public spaces capable of transforming conflict into legitimate dispute, rather than social enmity.

Keywords: Affective Polarization. Democracy. Political Economy. Social Trust. Brazil.

RESUMEN
El artículo analiza la polarización afectiva y política en el Brasil contemporáneo y sus impactos en el ambiente económico y social. Se parte de la hipótesis de que la polarización no debe entenderse únicamente como divergencia ideológica o competencia electoral, sino como un proceso de moralización de identidades políticas, en el cual los adversarios pasan a ser percibidos como amenazas existenciales. La investigación, de carácter bibliográfico y documental, articula autores de la teoría democrática, la sociología política y la economía política de las plataformas digitales, tales como Bourdieu, Habermas, Honneth, Mouffe, Zuboff, Iyengar, Mason, McCoy, Nunes y Traumann. También moviliza datos recientes del IBGE, FGV IBRE, Edelman Trust Barometer, More in Common/Quaest, Freedom House, Human Rights Watch, SaferNet Brasil y Terra de Direitos/Justiça Global. Se argumenta que la polarización afectiva no crea aisladamente la desigualdad, la inestabilidad económica o la violencia política, sino que funciona como una capa coyuntural que intensifica desconfianzas, reduce la cooperación, amplía los costos de coordinación, debilita consensos mínimos y dificulta la formulación de políticas públicas a largo plazo. El texto concluye que enfrentar los efectos económicos y sociales de la polarización requiere la reconstrucción de mediaciones democráticas, regulación responsable de las plataformas digitales, reducción de desigualdades materiales, fortalecimiento institucional y valorización de espacios públicos capaces de transformar el conflicto en una disputa legítima, y no en enemistad social.

Palabras clave: Polarización Afectiva. Democracia. Economía Política. Confianza Social. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A polarização tornou-se uma das categorias mais mobilizadas para interpretar a vida pública brasileira na última década. O termo aparece em análises eleitorais, diagnósticos econômicos, debates sobre redes sociais, estudos sobre violência política, pesquisas de opinião e interpretações sobre a crise democrática. Seu uso, entretanto, exige cuidado analítico. Nem todo conflito político é polarização destrutiva, assim como nem toda divergência ideológica ameaça a democracia. A política democrática pressupõe conflito, disputa de projetos, antagonismo programático e competição por autoridade legítima. O problema surge quando a divergência deixa de operar como disputa entre adversários reconhecidos e passa a produzir uma gramática de inimizade moral, na qual o outro campo é visto como ameaça à nação, à família, à religião, à liberdade, à justiça ou à própria possibilidade de existência coletiva.

O caso brasileiro é especialmente relevante porque combina longa tradição de desigualdade social, fragmentação institucional, instabilidade econômica, crise de representação, expansão da extrema direita, reconfiguração religiosa do espaço público, plataformização da comunicação e forte personalização da competição eleitoral em torno de lideranças de alta intensidade simbólica. A polarização contemporânea não se reduz, portanto, ao embate entre partidos. Ela envolve identidades morais, ressentimentos sociais, expectativas econômicas, experiências territoriais, visões religiosas, representações midiáticas e formas digitais de sociabilidade. O que está em jogo não é apenas a preferência por governos diferentes, mas a produção de fronteiras simbólicas entre grupos percebidos como moralmente legítimos ou ilegítimos.

A literatura internacional denomina polarização afetiva o processo pelo qual indivíduos desenvolvem sentimentos positivos intensos em relação ao próprio grupo político e sentimentos negativos, de desconfiança, desprezo ou repulsa, em relação ao grupo adversário. Iyengar e Westwood (2015) mostram que tal fenômeno desloca a política do plano da divergência programática para o plano da identidade social. Mason (2018) aprofunda essa interpretação ao demonstrar que identidades partidárias, religiosas, raciais, culturais e regionais podem se alinhar, intensificando a percepção de ameaça e reduzindo a disposição para compromissos. No Brasil, Nunes e Traumann (2023) conferiram grande visibilidade a esse debate ao descreverem a polarização como uma fratura que atravessa famílias, empresas e expectativas de futuro.

O objetivo deste artigo é analisar como a polarização afetiva e política impacta o ambiente econômico e social do Brasil contemporâneo. A pergunta que orienta o estudo é a seguinte: de que modo a moralização das identidades políticas, a desconfiança institucional e a radicalização comunicacional afetam a estabilidade econômica, a confiança social, as relações de trabalho, a

produção de políticas públicas e a coesão democrática no Brasil? A hipótese defendida é que a polarização não constitui causa única dos problemas nacionais, mas atua como mecanismo de intensificação e reconfiguração de conflitos estruturais. Ela potencializa incertezas, estreita horizontes decisórios, encarece a cooperação, transforma diferenças em ameaças e reduz a capacidade do Estado e da sociedade de produzir respostas compartilhadas a problemas complexos.

Metodologicamente, o artigo desenvolve uma análise bibliográfica e documental. A base teórica reúne contribuições de Bourdieu (1989), Habermas (1997), Honneth (2003), Mouffe (2015), Zuboff (2021), Iyengar e Westwood (2015), Mason (2018), McCoy, Rahman e Somer (2018), Nunes e Traumann (2023), Solano (2018), Rocha (2021) e Singer (2018). A base empírica mobiliza dados recentes de IBGE, FGV IBRE, Edelman Trust Barometer, More in Common/Quaest, Freedom House, Human Rights Watch, SaferNet Brasil e Terra de Direitos/Justiça Global. O procedimento não pretende estabelecer causalidade estatística direta, mas produzir interpretação sociopolítica sustentada por indicadores, evidências documentais e literatura especializada.

2 POLARIZAÇÃO AFETIVA, PODER SIMBÓLICO E CRISE DA MEDIAÇÃO DEMOCRÁTICA

A distinção entre polarização ideológica e polarização afetiva é decisiva. A primeira refere-se ao afastamento de posições substantivas em torno de temas como economia, costumes, papel do Estado, segurança pública, tributação ou direitos sociais. A segunda diz respeito ao modo como os grupos políticos se percebem mutuamente. Em democracias robustas, divergências ideológicas podem ser intensas sem destruir a legitimidade do adversário. Em contextos de polarização afetiva, porém, a discordância assume forma moralizante: o outro não está apenas errado; ele é corrupto, perigoso, inimigo, traidor, ignorante, fanático ou ameaça à ordem legítima. Esse deslocamento altera profundamente a qualidade do conflito democrático.

Iyengar e Westwood (2015) foram centrais para demonstrar que a identidade partidária pode funcionar como identidade social comparável, em certos contextos, a divisões religiosas, raciais ou culturais. A política deixa de ser apenas escolha racional entre programas e passa a organizar afetos, pertencimentos e repulsas. Mason (2018) acrescenta que a polarização se intensifica quando múltiplas identidades sociais se alinham em torno do mesmo eixo partidário. Quando religião, classe, território, escolaridade, estilo de vida, raça, gênero e mídia consumida passam a reforçar uma mesma identidade política, a discordância se torna mais difícil, porque mudar de opinião significa ameaçar a própria imagem moral de si.

McCoy, Rahman e Somer (2018) denominam esse processo polarização perniciosa quando a sociedade passa a ser percebida como dividida em dois campos mutuamente excludentes. O ponto crítico não é a existência de lados, mas a perda de legitimidade recíproca. Instituições passam a ser avaliadas não por regras impessoais, mas por sua utilidade para o próprio campo. Tribunais, imprensa, universidades, partidos, Congresso, organizações sociais e órgãos de controle são considerados legítimos apenas quando confirmam expectativas identitárias. A consequência é a corrosão de mediações que sustentam a democracia constitucional.

Bourdieu (1989) oferece contribuição fundamental ao mostrar que a política é também luta pelo poder simbólico de nomear o mundo social. A polarização afetiva não disputa apenas cargos ou políticas; disputa categorias legítimas de percepção. Termos como povo, elite, corrupção, democracia, liberdade, comunismo, fascismo, família, patriota, globalista, militante, cidadão de bem ou inimigo do povo tornam-se armas classificatórias. Quem controla essas classificações controla parte da percepção social do conflito. A polarização, nesse sentido, pode ser compreendida como intensificação da luta pelo monopólio simbólico da legitimidade moral.

Habermas (1997) permite compreender a democracia como sistema que depende de procedimentos institucionais e de uma esfera pública capaz de formar opinião e vontade. A polarização afetiva degrada essa esfera pública quando substitui a argumentação por performatividade moral, quando transforma fatos em sinais de pertencimento e quando converte discordância em ataque identitário. O problema não é a emoção na política, pois toda política democrática envolve paixões; o problema é a colonização da deliberação por afetos de hostilidade permanente, que impedem a construção de consensos mínimos sobre problemas compartilhados.

Mouffe (2015) oferece uma advertência importante: tentar eliminar o conflito em nome de uma racionalidade consensual abstrata pode ser ingenuidade ou forma de exclusão. Democracias precisam reconhecer antagonismos reais e transformá-los em agonismo, isto é, em disputa entre adversários e não entre inimigos. Essa distinção é crucial para o caso brasileiro. O objetivo não deve ser produzir uma falsa pacificação que apague desigualdades, racismo, injustiça territorial ou conflitos de classe. O desafio é preservar o conflito democrático sem permitir que ele se converta em guerra moral total.

Honneth (2003), por sua vez, ajuda a perceber que conflitos políticos são também lutas por reconhecimento. Muitos afetos polarizados não nascem apenas de manipulação discursiva, mas de experiências reais ou percebidas de desrespeito, invisibilidade, humilhação e exclusão. Setores populares podem sentir-se abandonados por elites políticas; grupos conservadores podem perceber instituições culturais como hostis; minorias podem experimentar ataques aos seus direitos como negação de dignidade; trabalhadores podem perceber mudanças econômicas como perda de valor

social. A polarização ganha força quando tais experiências são traduzidas por empreendedores políticos em narrativa de inimigo.

3 A CONFIGURAÇÃO BRASILEIRA: PETISMO, ANTIPETISMO, BOLSONARISMO E GUERRAS CULTURAIS

A polarização brasileira possui temporalidade própria. Ela não nasceu em 2018, embora tenha adquirido naquela eleição uma intensidade inédita. A redemocratização estruturou um sistema político marcado por forte competição, mas também por capacidade de pactuação. A ascensão do PT à Presidência, em 2002, reorganizou clivagens sociais e simbólicas, especialmente em torno de inclusão social, políticas redistributivas, expansão universitária, valorização do salário mínimo, reconhecimento de minorias e presença popular no Estado. O petismo tornou-se, simultaneamente, identidade política positiva para setores populares e progressistas, e objeto de rejeição intensa em segmentos médios, empresariais, conservadores e antipartidários.

O antipetismo, por sua vez, consolidou-se como identidade negativa capaz de unir grupos heterogêneos. Ele combinou crítica à corrupção, rejeição ao Estado social, moralização da política, anticomunismo difuso, ressentimento de classe, hostilidade a pautas de gênero e raça, e medo da desordem. A Operação Lava Jato, a crise econômica de 2015-2016, o impeachment de Dilma Rousseff, a prisão de Lula, a circulação massiva de desinformação e a emergência de lideranças de extrema direita intensificaram a percepção de que o país estava dividido entre salvação e destruição. A partir daí, a política brasileira passou a operar crescentemente por afetos de lealdade e repulsa.

Rocha (2021) mostra que a nova direita brasileira não pode ser reduzida a mero reflexo eleitoral. Ela se organizou por redes intelectuais, think tanks, influenciadores digitais, movimentos de rua, grupos liberais, conservadores religiosos e segmentos empresariais. Solano (2018) destaca que o ódio se tornou linguagem política capaz de converter frustrações difusas em energia de mobilização. O bolsonarismo emergiu nesse contexto como síntese de antipetismo radical, autoritarismo punitivo, moralismo religioso, militarização simbólica, ressentimento anti-institucional e comunicação digital direta.

Nunes e Traumann (2023) descrevem esse cenário como um abismo afetivo que atravessa relações familiares, ambientes de trabalho e expectativas de futuro. A relevância de sua contribuição está em mostrar que a polarização brasileira é ao mesmo tempo eleitoral e cotidiana. Ela define com quem se conversa, que notícias se aceitam, em quem se confia, que marcas se consomem, que instituições são vistas como legítimas e que políticas públicas são consideradas aceitáveis. O conflito

desloca-se da urna para a mesa de jantar, para o grupo de WhatsApp, para a empresa, para a igreja, para a escola e para a rua.

Dados mais recentes complexificam essa imagem. O estudo O Brasil Invisível, produzido pela More in Common em parceria com a Quaest, identifica seis segmentos sociais e mostra que a sociedade brasileira não se divide simplesmente em dois blocos simétricos. Progressistas militantes representam 5% e patriotas indignados 6%; entre eles há esquerda tradicional, conservadores tradicionais e, sobretudo, dois segmentos chamados invisíveis: desengajados e cautelosos, cada um com 27% da população (MORE IN COMMON; QUAEST, 2025). Essa maioria silenciosa é pragmática, cansada do confronto moral e interessada em trabalho, segurança, saúde e serviços públicos.

O Brasil contemporâneo, portanto, combina melhora de alguns indicadores econômicos com persistência de desconfiança, desigualdade e instabilidade simbólica. O PIB cresceu 2,3% em 2025 e avançou 1,1% no primeiro trimestre de 2026, segundo o IBGE (2026a; 2026b). O mercado de trabalho registrou em 2025 a menor taxa anual de desocupação da série da PNAD Contínua, 5,6%, embora a informalidade e a desigualdade permaneçam expressivas (IBGE, 2026c). Ao mesmo tempo, a confiança institucional continua frágil, a violência política registra níveis preocupantes e a economia opera sob incertezas fiscais, externas e eleitorais. A polarização deve ser analisada dentro dessa ambivalência.

Tabela 1. Indicadores recentes mobilizados na análise

Dimensão	Indicador selecionado	Fonte
Atividade econômica	PIB cresceu 2,3% em 2025; no 1º trimestre de 2026 avançou 1,1% frente ao trimestre anterior.	IBGE, 2026a; 2026b
Trabalho e renda	Taxa anual de desocupação caiu para 5,6% em 2025; rendimento médio de todas as fontes chegou a R$ 3.367 em 2025.	IBGE, 2026c; 2026d
Incerteza econômica	IIE-Br recuou para 110,9 pontos em maio de 2026, mas a média móvel trimestral subiu para 114,4 pontos.	FGV IBRE, 2026
Confiança e relações sociais	72% dos brasileiros hesitam ou estão pouco dispostos a confiar em alguém diferente; 83% veem essa desconfiança como problema.	EDELMAN, 2026
Ambiente de trabalho	34% dos empregados afirmam que se esforçariam menos se o	EDELMAN, 2026

	líder tivesse crenças políticas diferentes.	
Segmentação política	Desengajados e Cautelosos somam 54% da população; Progressistas Militantes e Patriotas Indignados somam 11%.	MORE IN COMMON; QUAEST, 2025
Violência política	Em 2024 foram registrados 558 casos de violência política, incluindo ameaças, atentados, agressões e assassinatos.	TERRA DE DIREITOS; JUSTIÇA GLOBAL, 2024
Direitos e instituições	Brasil aparece como país livre, mas com arena política polarizada, violência política alta e liberdade na internet parcialmente livre.	FREEDOM HOUSE, 2026

Fonte: elaboração própria com base nas fontes indicadas.

4 IMPACTOS ECONÔMICOS: INCERTEZA, EXPECTATIVAS, INVESTIMENTO E AMBIENTES ORGANIZACIONAIS

O impacto econômico da polarização afetiva não deve ser confundido com determinação mecânica do desempenho macroeconômico. Crescimento, inflação, juros, investimento, emprego e renda dependem de fatores múltiplos: ciclo internacional, política monetária, política fiscal, produtividade, câmbio, commodities, crédito, tecnologia, infraestrutura, dinâmica demográfica e distribuição de renda. Contudo, a polarização altera o ambiente de expectativas no qual esses fatores são interpretados. Ela pode ampliar a percepção de risco, reduzir confiança na continuidade de políticas, dificultar reformas pactuadas e transformar decisões econômicas em sinais de lealdade política.

A economia é uma ordem institucional baseada em confiança. Empresas investem quando acreditam que regras serão relativamente estáveis; consumidores gastam quando confiam em renda futura; trabalhadores cooperam quando percebem justiça organizacional; credores emprestam quando avaliam risco como administrável; governos implementam políticas quando conseguem construir legitimidade social. A polarização afetiva fragiliza essa infraestrutura invisível. Ao dividir a sociedade entre campos moralmente incompatíveis, ela estimula leituras conspiratórias de políticas econômicas, desconfiança em estatísticas oficiais, volatilidade de expectativas e resistência seletiva a medidas governamentais.

O Brasil recente oferece exemplo de ambivalência. De um lado, os dados do IBGE indicam recuperação econômica e melhora do mercado de trabalho: o PIB cresceu 2,3% em 2025, a taxa anual de desocupação caiu para 5,6%, a população ocupada atingiu recorde e o rendimento médio de todas as

fontes alcançou R$ 3.367 em 2025 (IBGE, 2026a; 2026c; 2026d). De outro lado, a política monetária permaneceu restritiva, a desigualdade ainda é elevada, a informalidade segue expressiva e a incerteza econômica continua sensível a choques externos, disputas fiscais, conflitos geopolíticos e expectativas eleitorais.

O Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br), da FGV IBRE, é útil para esse debate porque combina menções à incerteza na imprensa e dispersão de expectativas de mercado. Em maio de 2026, o indicador recuou para 110,9 pontos, após dois meses de alta, mas a média móvel trimestral subiu para 114,4 pontos. O componente de expectativas avançou, refletindo dispersão das previsões para variáveis macroeconômicas, especialmente inflação (FGV IBRE, 2026). Ainda que o indicador não meça polarização diretamente, ele evidencia como o ambiente informacional e a divergência de expectativas fazem parte da dinâmica econômica.

A polarização pode atuar sobre a incerteza por três canais. O primeiro é institucional: quando atores econômicos acreditam que cada mudança de governo implicará reversão radical de políticas, reduzem investimentos de longo prazo e privilegiam estratégias defensivas. O segundo é informacional: quando dados oficiais são recebidos com suspeita por parte da sociedade, políticas públicas perdem capacidade de coordenação. O terceiro é reputacional: quando empresas, universidades, órgãos públicos ou marcas são identificados com um campo político, passam a enfrentar boicotes, campanhas digitais, pressões regulatórias ou perda de confiança entre públicos específicos.

Nunes e Traumann (2023) enfatizam que a polarização desafia empresas porque consumidores e trabalhadores não se relacionam apenas com produtos, mas também com valores atribuídos às organizações. Em sociedades moralmente divididas, decisões corporativas sobre diversidade, sustentabilidade, responsabilidade social, publicidade, posicionamento institucional ou relações governamentais podem ser interpretadas como adesão a um dos lados. A empresa deixa de ser percebida apenas como agente econômico e passa a ser lida como ator cultural. Isso amplia custos de comunicação, gestão de reputação e governança interna.

O Edelman Trust Barometer de 2026 oferece dados expressivos sobre esse ponto. No Brasil, sete em cada dez pessoas hesitam ou estão pouco dispostas a confiar em alguém diferente; 83% consideram essa desconfiança um problema moderado, grande ou uma crise. No ambiente de trabalho, 41% dos empregados afirmam que prefeririam mudar de departamento a se reportar a um gestor com valores diferentes, e 34% dizem que se esforçariam menos se o líder da equipe tivesse crenças políticas diferentes (EDELMAN, 2026). Esses dados indicam que a polarização afeta diretamente produtividade, cooperação, liderança e gestão de conflitos.

Dados do IBGE mostram que, apesar da melhora de renda, as desigualdades permanecem expressivas. Em 2025, os 10% da população com maiores rendimentos domiciliares per capita receberam, em média, 13,8 vezes mais do que os 40% com menores rendimentos; o décimo superior detinha 40,3% da massa de rendimentos domiciliares, parcela superior à dos 70% com menores rendimentos (IBGE, 2026d). Em uma sociedade com desigualdade persistente, a polarização afetiva pode funcionar como tecnologia política de deslocamento: em vez de enfrentar estruturas de concentração, dirige a raiva contra inimigos simbólicos.

A economia da polarização, portanto, não se resume a perdas de PIB. Ela envolve perda de confiança, encurtamento do horizonte temporal, retração da cooperação, segmentação moral dos mercados, custos reputacionais, descoordenação de políticas públicas e captura do debate distributivo por narrativas de ameaça. Seus efeitos são difusos, cumulativos e difíceis de medir, mas politicamente decisivos. Uma sociedade que desconfia de si mesma tende a desperdiçar energia econômica em autodefesa simbólica.

5 IMPACTOS SOCIAIS: CONFIANÇA, RECONHECIMENTO, VIOLÊNCIA POLÍTICA E PLATAFORMAS DIGITAIS

Os efeitos sociais da polarização afetiva aparecem, antes de tudo, na erosão da confiança. Confiança social não significa ingenuidade nem ausência de conflito; significa disposição mínima para aceitar que desconhecidos, adversários e instituições possam agir dentro de regras compartilhadas. Democracias desiguais precisam de confiança ainda mais complexa, porque suas populações convivem com experiências históricas de exclusão, violência estatal, racismo, desigualdade territorial e precariedade de serviços públicos. Quando a polarização afetiva se sobrepõe a essas estruturas, a desconfiança deixa de ser apenas prudência e passa a organizar identidades coletivas.

O Edelman Trust Barometer de 2025 apontou que 64% dos brasileiros entrevistados tinham nível moderado ou alto de ressentimento, definido pela percepção de que governo e empresas dificultam suas vidas, servem a interesses restritos e beneficiam injustamente pessoas ricas. A mesma pesquisa indicou que três em cada dez brasileiros aprovavam ao menos uma forma de ativismo hostil para promover mudanças, como atacar pessoas online, espalhar desinformação intencionalmente, ameaçar ou cometer violência, ou danificar propriedades (EDELMAN, 2025). Tais dados não devem ser lidos como prova de violência generalizada, mas como sinal de que ressentimento e descrença podem reduzir barreiras normativas contra práticas antidemocráticas.

A polarização afetiva também reorganiza o reconhecimento social. Honneth (2003) ensina que sujeitos necessitam de reconhecimento para constituir autoestima, autorrespeito e pertencimento.

Quando grupos são sistematicamente tratados como inimigos, ignorantes, atrasados, degenerados, fanáticos ou traidores, a luta política se transforma em disputa por dignidade. A consequência é dupla. De um lado, grupos historicamente discriminados podem ter suas demandas por direitos reduzidas a ameaça ideológica. De outro, grupos que se percebem culturalmente desprezados podem aderir a narrativas ressentidas que prometem restaurar sua honra contra elites simbólicas.

A violência política é uma expressão extrema desse processo. Levantamento de Terra de Direitos e Justiça Global registrou 558 casos de violência política em 2024, incluindo 27 assassinatos, 129 atentados, 224 ameaças, 71 agressões físicas, 81 ofensas, 16 criminalizações e 10 invasões (TERRA DE DIREITOS; JUSTIÇA GLOBAL, 2024). Esses dados revelam que a disputa política brasileira não se limita ao plano discursivo. A ameaça à integridade física, especialmente contra representantes, candidatos, lideranças locais, mulheres, negros, pessoas LGBTQIA+, lideranças comunitárias e defensores de direitos, restringe a participação democrática e altera a composição do espaço público.

A Freedom House classifica o Brasil como país livre em 2026, com pontuação 73/100, mas ressalta que a arena política é polarizada, que jornalistas e ativistas enfrentam assédio e ataques, que a violência política é alta e que minorias sofrem violência e exclusão econômica (FREEDOM HOUSE, 2026). A Human Rights Watch, por sua vez, destaca problemas persistentes de segurança pública, violência policial, condições prisionais e vulnerabilidade de grupos sociais. Entre janeiro e novembro de 2025, a polícia matou 5.920 pessoas no Brasil, e pessoas negras continuam desproporcionalmente vitimadas (HUMAN RIGHTS WATCH, 2026). Esses dados indicam que polarização e violência estrutural se reforçam, embora não sejam a mesma coisa.

As plataformas digitais são infraestrutura central da polarização contemporânea. Zuboff (2021) argumenta que o capitalismo de vigilância monetiza dados, atenção e previsão comportamental. Nesse modelo, conteúdos que geram indignação, medo, raiva e pertencimento tendem a ser economicamente valiosos porque aumentam permanência, compartilhamento e engajamento. A polarização não é apenas produto de ignorância individual; ela é incentivada por arquiteturas técnicas e modelos de negócio que recompensam intensidade afetiva. A desinformação prospera porque encontra tanto predisposições sociais quanto incentivos econômicos.

A SaferNet Brasil registrou 14.108 denúncias únicas de crimes de ódio em 2024, número inferior ao de 2023, mas ainda relevante para compreender a persistência de violações no ambiente digital (SAFERNET BRASIL, 2025). Em 2025, a organização voltou a apontar crescimento de denúncias de crimes cibernéticos e destacou a expansão de abusos digitais, inclusive com uso de

inteligência artificial (SAFERNET BRASIL, 2026). O ponto analítico central é que o espaço digital não apenas reflete conflitos sociais; ele os reorganiza, acelera e amplifica.

A crise social produzida pela polarização é, portanto, crise de reconhecimento, confiança e mediação. Ela atinge instituições formais, mas também vínculos cotidianos. Famílias evitam temas políticos; amizades se rompem; professores são vigiados; jornalistas são hostilizados; agentes públicos são ameaçados; lideranças comunitárias são criminalizadas; empresas temem posicionamentos; igrejas tornam-se arenas partidárias; escolas são capturadas por suspeitas morais. A vida social se empobrece quando a diferença deixa de ser ocasião de aprendizagem e passa a ser evidência de perigo.

Ainda assim, os dados da More in Common/Quaest indicam brechas de reconstrução. Se 75% dos brasileiros consideram que têm mais em comum do que diferenças, se 90% têm orgulho de ser brasileiros e se 90% desejam que partidos trabalhem juntos para resolver problemas, há uma base social para recomposição de vínculos (MORE IN COMMON; QUAEST, 2025). A polarização intensa existe, mas não esgota a sociedade. O desafio é criar instituições, narrativas e políticas capazes de dar voz à maioria que deseja soluções concretas sem abandonar a defesa de direitos e da democracia.

6 POLARIZAÇÃO, GOVERNABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE LONGO PRAZO

O impacto da polarização sobre políticas públicas é um dos aspectos mais importantes do problema. Sociedades complexas enfrentam desafios que exigem continuidade: transição ecológica, mudança climática, segurança alimentar, reforma tributária, inovação tecnológica, regulação digital, combate à desigualdade, reforma urbana, educação básica, saúde pública, enfrentamento ao crime organizado e proteção de direitos. Nenhum desses temas pode ser resolvido por ciclos curtos de mobilização identitária. Todos exigem coordenação intergovernamental, confiança institucional, dados confiáveis, negociação federativa e capacidade de pactuação social.

A polarização afetiva reduz essa capacidade ao transformar políticas públicas em marcadores de identidade. Uma vacina pode ser vista como escolha partidária; uma política ambiental pode ser enquadrada como sabotagem econômica; uma reforma tributária pode ser apresentada como ataque ideológico; uma política de direitos humanos pode ser reduzida a proteção de inimigos; uma ação afirmativa pode ser lida como privilégio indevido; uma medida de segurança pública pode ser convertida em símbolo de autoritarismo ou permissividade. A avaliação substantiva cede lugar ao reflexo identitário.

Habermas (1997) argumenta que a legitimidade democrática depende de procedimentos capazes de conectar deliberação pública e decisão institucional. Quando a esfera pública é capturada por desinformação, medo e inimizade, a legitimidade decisória enfraquece. Mesmo políticas

formalmente legais podem ser percebidas como ilegítimas por grupos que rejeitam a autoridade das instituições. Esse fenômeno é perigoso porque desloca o conflito do conteúdo das decisões para a validade do próprio sistema decisório. A democracia perde previsibilidade quando derrotas eleitorais ou judiciais são interpretadas como prova de conspiração.

Enfrentar os impactos da polarização sobre políticas públicas requer reconstruir mediações. Isso inclui partidos programáticos, imprensa plural e responsável, universidades abertas à sociedade, movimentos sociais enraizados nos territórios, igrejas comprometidas com diálogo democrático, empresas conscientes de seu papel público, escolas capazes de formar cidadania crítica, e instituições que comuniquem melhor suas decisões. A democracia precisa de pontes sociais, não apenas de regras formais.

O ponto central é que a democracia precisa transformar antagonismos sociais em disputas institucionalizadas. Isso exige reconhecer desigualdades reais, mas também impedir que elas sejam capturadas por linguagens de extermínio simbólico. A política pública deve ser capaz de falar com grupos diferentes sem abandonar princípios democráticos. Deve entregar resultados materiais sem ceder ao autoritarismo. Deve construir pertencimento nacional sem negar pluralidade. Deve reconhecer dores sociais sem fabricar inimigos absolutos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A polarização afetiva e política constitui uma das principais chaves para compreender o Brasil contemporâneo, desde que tratada com rigor conceitual. Ela não deve ser confundida com conflito democrático nem transformada em explicação totalizante para problemas sociais complexos. O Brasil é marcado por desigualdades históricas, racismo estrutural, violência territorial, instabilidade econômica, concentração de renda, fragilidade de políticas públicas e disputas religiosas e culturais anteriores à polarização atual. Contudo, a polarização funciona como camada conjuntural que reorganiza esses conflitos, intensifica ressentimentos, reduz confiança e dificulta soluções compartilhadas.

O artigo procurou demonstrar que os impactos econômicos da polarização vão além da volatilidade eleitoral. Eles aparecem na incerteza, na expectativa de reversão de políticas, na reputação de empresas, na segmentação moral do consumo, na cooperação interna das organizações, na disposição para investir e na capacidade do Estado de sustentar agendas de longo prazo. Dados do IBGE mostram avanços recentes em crescimento, emprego e renda, mas esses avanços convivem com desigualdades persistentes e com um ambiente público marcado por desconfiança. A polarização não anula a economia, mas altera a forma como seus resultados são percebidos, apropriados e disputados.

No plano social, a polarização afeta reconhecimento, vínculos cotidianos, confiança institucional, segurança política e espaço digital. A moralização das identidades produz fronteiras simbólicas rígidas, nas quais adversários deixam de ser portadores de opiniões divergentes e passam a ser classificados como ameaças. Essa dinâmica pode legitimar violência, silenciar grupos vulneráveis, estimular assédio digital, empobrecer o debate público e reduzir a disposição para cooperação. Ao mesmo tempo, pesquisas recentes indicam que a sociedade brasileira é mais complexa do que a imagem de dois blocos homogêneos: há uma maioria pragmática, cansada do confronto e interessada em soluções concretas.

A principal conclusão é que enfrentar a polarização não significa eliminar divergências ou buscar uma harmonia artificial. Democracia sem conflito seria democracia esvaziada. O desafio é reconstruir condições para que o conflito seja travado dentro de regras reconhecidas, com adversários legítimos, informações verificáveis, instituições confiáveis e políticas públicas capazes de responder a necessidades materiais. A distinção proposta por Mouffe entre inimigo e adversário permanece decisiva: uma sociedade democrática deve permitir disputas intensas, mas não pode aceitar a desumanização como método ordinário de competição política.

A polarização brasileira não é destino inevitável. Ela é produzida por estruturas, escolhas, incentivos e narrativas; por isso também pode ser enfrentada por políticas, instituições, práticas comunicacionais e mediações sociais. O Brasil dispõe de reservas democráticas importantes: movimentos sociais, universidades, igrejas, organizações comunitárias, imprensa, sistema eleitoral, cultura popular, experiências territoriais de solidariedade e uma maioria que deseja soluções para trabalho, saúde, segurança, educação e dignidade. O futuro democrático dependerá da capacidade de transformar essas reservas em projeto público.

Em síntese, a polarização afetiva compromete o ambiente econômico e social porque corrói a confiança que sustenta cooperação, investimento, reconhecimento e políticas de longo prazo. Mas ela também revela conflitos reais que não podem ser simplesmente reprimidos. O caminho democrático consiste em enfrentar desigualdades materiais e simbólicas sem permitir que a política seja reduzida à fabricação de inimigos. Reconstruir o Brasil exige recuperar a possibilidade de discordar sem destruir, disputar sem desumanizar e governar sem transformar cada decisão pública em batalha moral total.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

EDELMAN. 2025 Edelman Trust Barometer: relatório Brasil. São Paulo: Edelman, 2025. Disponível em: https://www.edelman.com/br/pt-br/trust/2025/trust-barometer. Acesso em: 3 jun. 2026.

EDELMAN. 2026 Edelman Trust Barometer: relatório Brasil. São Paulo: Edelman, 2026. Disponível em: https://www.edelman.com/br/pt-br/trust/2026/trust-barometer. Acesso em: 3 jun. 2026.

FGV IBRE. Indicador de Incerteza da Economia: incerteza econômica recua em maio, após dois meses em alta. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2026. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/noticias/incerteza-economica-recua-em-maio-apos-dois-meses-em-alta. Acesso em: 3 jun. 2026.

FREEDOM HOUSE. Brazil: Freedom in the World 2026 Country Report. Washington, DC: Freedom House, 2026. Disponível em: https://freedomhouse.org/country/brazil/freedom-world/2026. Acesso em: 3 jun. 2026.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2026: Brazil. New York: Human Rights Watch, 2026. Disponível em: https://www.hrw.org/world-report/2026/country-chapters/brazil. Acesso em: 3 jun. 2026.

IBGE. Desocupação cai para 5,1% em dezembro, e 2025 tem melhores resultados da série histórica. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2026c. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45761-desocupacao-cai-para-5-1-em-dezembro-e-2025-tem-melhores-resultados-da-serie-historica. Acesso em: 3 jun. 2026.

IBGE. PIB cresce 1,1% no primeiro trimestre de 2026. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2026b. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/46917-pib-cresce-1-1-no-primeiro-trimestre-de-2026. Acesso em: 3 jun. 2026.

IBGE. PIB cresce 2,3% em 2025. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2026a. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45969-pib-cresce-2-3-em-2025. Acesso em: 3 jun. 2026.

IBGE. Rendimento médio da população brasileira atinge R$ 3.367 em 2025. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2026d. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/46579-rendimento-medio-da-populacao-brasileira-atinge-r-3-367-em-2025. Acesso em: 3 jun. 2026.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2025. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2102240&view=detalhes. Acesso em: 3 jun. 2026.

IYENGAR, Shanto; WESTWOOD, Sean J. Fear and loathing across party lines: new evidence on group polarization. American Journal of Political Science, v. 59, n. 3, p. 690-707, 2015. DOI: 10.1111/ajps.12152.

MASON, Lilliana. Uncivil agreement: how politics became our identity. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

MCCOY, Jennifer; RAHMAN, Tahmina; SOMER, Murat. Polarization and the global crisis of democracy: common patterns, dynamics, and pernicious consequences for democratic polities. American Behavioral Scientist, v. 62, n. 1, p. 16-42, 2018. DOI: 10.1177/0002764218759576.

MORE IN COMMON; QUAEST. O Brasil Invisível: compreendendo as divisões ocultas da sociedade brasileira para fortalecer o que nos une. São Paulo: More in Common Brasil, 2025. Disponível em: https://moreincommon.org.br/o-brasil-invisivel/. Acesso em: 3 jun. 2026.

MOUFFE, Chantal. Sobre o político. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Information integrity on digital platforms. Policy Brief 8. New York: United Nations, 2023. Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/our-common-agenda-policy-brief-information-integrity-en.pdf. Acesso em: 3 jun. 2026.

ROCHA, Camila. Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

SAFERNET BRASIL. Canal de Ajuda da SaferNet registra aumento de 79% em atendimentos por questões de saúde mental em 2024. São Paulo: SaferNet Brasil, 2025. Disponível em: https://new.safernet.org.br/content/canal-de-ajuda-da-safernet-registra-aumento-de-79-em-atendimentos-por-questoes-de-saude-0. Acesso em: 3 jun. 2026.

SAFERNET BRASIL. Indicadores de denúncias SaferNet 2025. São Paulo: SaferNet Brasil, 2026. Disponível em: https://arquivos.safernet.org.br/pdfs/INDICADORES-DenunciasSaferNet2025.pdf. Acesso em: 3 jun. 2026.

SINGER, André. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOLANO, Esther. O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

TERRA DE DIREITOS; JUSTIÇA GLOBAL. Violência política e eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2022 a 2024. 3. ed. Curitiba; Rio de Janeiro: Terra de Direitos; Justiça Global, 2024. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/violencia-politica-e-eleitoral-no-brasil/. Acesso em: 3 jun. 2026.

UNESCO. Guidelines for the governance of digital platforms: safeguarding freedom of expression and access to information through a multistakeholder approach. Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000387339. Acesso em: 3 jun. 2026.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021